



Incompatibilidades enunciativas no Programa de Leitorado: uma análise semiolinguística do discurso de ex-leitores do governo brasileiro

Leilane Morais Oliveira

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9707-5217>

leilanemoraisoliveira@gmail.com

RESUMO

No âmbito das políticas internacionais ligadas ao português brasileiro, este artigo discute o posicionamento de profissionais que atuaram junto ao Programa de Leitorado do Governo Federal. O objetivo do estudo é verificar o posicionamento de ex-leitores quanto à experiência profissional de atuar na referida política. Para isso, o artigo analisa contrastivamente, por meio da Análise do Discurso Semiolinguística, os discursos que estes sujeitos apresentaram em relatórios oficiais enviados ao Itamaraty, bem como em resposta a um questionário aplicado pela autora. De modo geral, a análise dos dados permitiu concluir que, nos relatórios oficiais, os leitores se mostraram bastante satisfeitos diante da experiência que vivenciavam a cada semestre de trabalho realizado. No entanto, quando projetaram um Tu_d não institucionalizado (o qual equivale, em termos de Tu_c , à presente pesquisadora), o discurso adquiriu um tom de crítica e várias problemáticas foram apontadas.

PALAVRAS-CHAVE: Política Linguística; Programa de Leitorado; Semiolinguística.

Enunciative incompatibilities in the Programa de Leitorado: a semiolinguistic analysis of the discourse of ex-leitores of the Brazilian government

ABSTRACT

In the context of international policies related to Brazilian Portuguese, this article discusses the position of professionals who worked with the Federal Government's Programa de Leitorado. The objective of the study is to verify the position of former readers regarding the professional experience of acting in the referred policy. For this, the article contrasts, through Semiolinguistic Discourse Analysis, the discourses that these subjects presented in official reports sent to Itamaraty, as well as in response to a questionnaire applied by the author. In general, the analysis of the data allowed us to conclude that, in the official reports, the readers were quite satisfied with the experience they had during each semester of work carried out. However, when they projected a non-institutionalized Tu_d (which is equivalent, in terms of Tu_c , to the present researcher), the discourse acquired a critical tone and several problems were pointed out.

KEYWORDS: Language Policy; Programa de Leitorado; Semiolinguistics.



1. Introdução

No âmbito das políticas internacionais ligadas ao português brasileiro, este artigo discute o posicionamento de profissionais que atuaram no Programa de Leitorado – política linguística externa criada na década de 1960. O Programa é, pois, uma iniciativa governamental voltada à divulgação do português brasileiro e da cultura nacional em universidades estrangeiras. A seleção de professores ocorre via edital e estes atuam como leitores¹ para o exercício das funções concernentes ao cargo. A referida política é coordenada pela Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa, subordinada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Itamaraty.

Em 1999, o governo brasileiro estabeleceu uma portaria que regulamentou as exigências relativas à ocupação do cargo de leitor. Nela, afirmou-se que o leitor deveria ser um “professor universitário que se dedica ao ensino do idioma Português falado no Brasil, da cultura e da literatura brasileiras” e que seu trabalho ocorreria durante dois anos prorrogáveis por mais dois.

Em 20 de março de 2006, porém, uma nova portaria revogou a publicada em 1999 e oficializou que o leitor deveria ser professor universitário de nacionalidade brasileira. Além disso, formalizou que a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) passaria a ser o órgão responsável pelo processo de seleção dos leitores. Atualmente, então, os Leitorados funcionam sob o regime de convênio – entre o MRE e as universidades estrangeiras que recebem os leitores –, conforme consta no decreto n.º 8.180 de 30 de dezembro de 2013.

Esta política linguística ainda é pouquíssimo estudada e, diante desta lacuna, o presente artigo objetiva verificar o posicionamento discursivo de ex-leitores quanto à experiência profissional de atuar no Programa de Leitorado. Para isso, a autora analisa contrastivamente, por meio da Análise do Discurso Semiolinguística, os discursos que estes sujeitos apresentaram em relatórios oficiais enviados ao Itamaraty e em resposta a um questionário aplicado pela pesquisadora.

A sequência do artigo encontra-se organizada da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se um estado da arte ligado à Teoria Semiolinguística do Discurso. Na sequência, esboça-se o percurso metodológico trilhado, o que cede espaço à análise discursiva dos dados e às conclusões decorrentes.

2. A Semiolinguística como aparato teórico-metodológico

A Semiolinguística entende que enunciar algo é produzir um ato de linguagem no interior de determinadas condições de produção e recepção, mediante troca comunicativa que se dá entre parceiros. Assim, todo ato de linguagem é um discurso que

pressupõe uma intencionalidade – a dos sujeitos falantes, parceiros de uma troca. Em decorrência, esse ato depende da identidade dos parceiros, visa uma influência e é portador de uma proposição sobre o mundo. Além disso, realiza-se num tempo e num espaço determinados, o que é comumente chamado de situação. (CHARAUDEAU, 2005, p. 4)

¹ Os sujeitos participantes da pesquisa, os leitores, são aqui apresentados pela letra L (de leitor) seguida de um número correspondente à ordem cronológica em que responderam ao questionário aplicado no estudo.

O arcabouço metodológico proposto por Charaudeau permite o estudo da forma e do sentido de diferentes atos de linguagem encenados nas mais diversas situações, a partir das atitudes dos sujeitos comunicantes em relação ao que dizem, ao mundo que os rodeia e ao outro a quem a comunicação se dirige (MACHADO; MENDES, 2013).

Os sujeitos do discurso seriam sempre relacionais/dialógicos, sob a perspectiva do autor. Assim, de acordo com sua proposta, há, na cena enunciativa, um *Eu comunicante* (Euc), ser de existência real – que encena discursos por meio de um *Eu enunciador* (Eue), ser de fala – que assume identidades no e por meio do discurso. Esse *Eu enunciador* cria um *Tu destinatário* (Tud) – interlocutor imaginado como receptor ideal do discurso realizado pelo *Eu enunciador*. No entanto, esse *Tu destinatário* nem sempre corresponde necessariamente ao ser real que de fato recebe o discurso na enunciação, o que leva ao *Tu interpretante* (Tui), isto é, àquele cuja existência é marcada por identidades sociais reais (MELO, 2007).

Nesse quadro, o sujeito que se comunica possui uma margem de escolha ligada às possibilidades de selecionar determinadas estratégias em conformidade com os efeitos de sentido que deseja produzir, ainda que fujam de seu domínio os reais efeitos que o seu discurso terá diante da instância de recepção.

A partir de cada situação de comunicação, os parceiros se valem de modos organizacionais para utilizar a língua e dar origens a textos materiais. O analista do discurso, por sua vez, entra em contato com os textos e busca esclarecer os sentidos neles presentes, levando em conta a situação de comunicação e os modos de organização do discurso.

As categorias organizacionais são quatro e existem em função das finalidades discursivas que guiam o projeto de fala encenado pelo sujeito no ato comunicativo. Para Charaudeau, existem quatro modos discursivos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Neste artigo, importa o modo enunciativo, já que ele se refere à forma como o falante se comporta frente à enunciação do ato de comunicação, o que se estabelece em relação a como o sujeito se porta diante do interlocutor, do que diz e do que é dito pelo outro.

Segundo Freitas (2002, p. 115-117), isso

permite distinguir três funções do modo enunciativo: - estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor; - revelar o ponto de vista do locutor; - testemunhar a palavra do outro-terceiro. (...) Assim, o modo enunciativo permite-nos, através da análise dos elementos linguísticos da modalização, por exemplo, captar a relação que o sujeito falante estabelece com os fatos a serem relatados, permitindo determinar as relações enunciativas estabelecidas no texto: 1. o locutor pode agir sobre o interlocutor convidando-o a responder ou reagir, influenciando-o, por exemplo; 2. o locutor enuncia a sua posição diante do dito (ponto de vista situacional), tais como: saber, avaliar, motivar, engajar, decidir por relatar o que diz sobre o mundo; 3. o sujeito falante pode procurar apagar suas marcas no texto que elabora, produzindo, assim, um efeito de objetividade. De fora, ele assume a postura de testemunha do mundo.

A modalização é parte central do processo enunciativo e é por meio dela que se vê como a língua foi utilizada pelo sujeito para ser transformada em discurso. O modo enunciativo, por sua vez, divide-se em alguns atos, a saber: ato alocutivo, elocutivo e delocutivo. Em outros termos,

essas noções equivalem a reconhecer, primeiramente, que o locutor sempre implica o interlocutor naquilo que diz em sua enunciação, o que equivale ao ato alocutivo. Em segundo lugar, o locutor se situa em relação ao que diz, revelando seu posicionamento, o que implica no ato elocutivo. Por fim, o locutor pode se apagar em relação ao seu próprio dizer, permitindo que fique em aberto se a responsabilidade sobre o que é dito pertence ou não a ele, fator gerador do ato delocutivo.

De acordo com Gouvêa et al. (2013, p. 46), o modo enunciativo e os seus atos possuem um estatuto especial na organização discursiva, já que direcionam todos os tipos de encenação em um ato de comunicação. Por meio dele, tem-se o testemunho do modo que o sujeito comunicante se apropria da língua e organiza seu dizer. Isso, segundo os autores, se deve à ideia de que a

descoberta do sentido não se faz somente pelo exame dos enunciados produzidos pelos falantes de uma língua, mas também pela investigação da enunciação (...). Assim, para se compreenderem os sentidos, devem ser consideradas as condições de produção do enunciado, isto é, o tempo, o lugar, os interlocutores, os conhecimentos partilhados, as relações sociais, as intenções etc., pois esses fatores, juntamente com a unidade formal do sistema da língua, constituem a enunciação (...).

No caso do estudo aqui apresentado, o modo enunciativo se revela extremamente útil para ancorar a análise dos dados, uma vez que se objetiva identificar e analisar o posicionamento de ex-leitores quanto à experiência de atuar no Programa de Leitorado. Desse modo, após a apresentação da metodologia que guiou a coleta dos dados na próxima seção, o restante do texto é dedicado à análise contrastiva das posições discursivas que os sujeitos da pesquisa mantiveram em documentos oficiais enviados ao Itamaraty e em resposta ao questionário que a eles foi submetido pela autora.

3. Percurso metodológico

A presente pesquisa, de base qualitativa, teve seus dados analisados por meio da Teoria Semiolinguística do Discurso, discutida na seção anterior. Quanto à coleta do *corpus* que serviu de base à análise, esta se deu por meio de duas técnicas: pesquisa documental e questionário.

A pesquisa documental caracteriza-se como um tipo de coleta cujo instrumental exploratório permite recolher dados de forma indireta, isto é, sem a necessidade de interação entre pesquisador e sujeitos pesquisados (os leitores, no presente caso). Gil (2008) aponta que um exemplo clássico desse método de coleta de dados refere-se aos documentos produzidos a partir de agências governamentais, como são, na presente pesquisa, os relatórios enviados pelos leitores ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil – os quais foram coletados, pela autora, em visita ao Palácio do Itamaraty – no Distrito Federal.

De modo geral, tanto o objetivo do estudo quanto os dados fornecidos pela pesquisa documental levaram à necessidade de produzir e aplicar um questionário: procedimento cujo viés é o de *levantamento* ou *survey*, o qual se caracteriza

pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL, 2007, p. 70)

O questionário pode ser definido como um procedimento de coleta de dados composto “por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc” (GIL, 2008, p. 121). Conjuntamente, portanto, esses métodos de coleta de dados viabilizaram acesso ao *corpus* discursivo que será analisado na próxima seção.

4. O posicionamento dos leitores

Na tentativa de dar voz aos ex-leitores, esta parte do artigo apresenta e discute as informações que constam nos relatórios oficiais enviados ao Itamaraty e nas respostas fornecidas ao questionário aplicado. Em primeiro lugar, tem-se os relatórios – documentos oficiais que permitiram detectar, em uma cena enunciativa institucional, qual é a avaliação dos leitores quanto ao trabalho desenvolvido por eles no quadro de uma das políticas linguísticas externas do Brasil. Em segundo, as respostas ao questionário trouxeram discursos que representaram os posicionamentos desses sujeitos dentro de condições de produção e recepção discursivas não institucionalizadas.

A apresentação e discussão desses dados encontram-se divididas em duas partes exibidas na sequência do artigo e referem-se respectivamente aos seguintes pontos: 1. avaliação dos leitores quanto ao trabalho realizado no Programa de Leitorado; e 2. desafios enfrentados no curso desta experiência profissional.

4.1 Avaliação do trabalho realizado no Programa de Leitorado

Os dados que ora são apresentados referem-se a uma pesquisa documental realizada em relatórios oficiais enviados pelos leitores ao Itamaraty/DPLP. É importante frisar que este estudo entende os relatórios como enunciados concretos e que, nesta seção, a discussão volta-se à matéria linguística presente em uma parte deles, intitulada “avaliação do leitor sobre o trabalho realizado no semestre”.

Nesta seção dos relatórios, os profissionais em questão devem se expressar tanto em relação ao trabalho realizado, no sentido de internacionalizar a cultura brasileira e o português falado no país, quanto no que diz respeito às condições em que são recebidos – em termos de infraestrutura, questões burocráticas, relações interpessoais etc.

Dessa forma, os relatórios funcionam como uma cena enunciativa em que os leitores (Euc) encenam discursos monolucutivos, já que o sujeito interpretante real (Tui) não está presente. Logo, os leitores tornam-se seres de fala (Eue) e expressam posicionamentos, a partir de pressupostos que possuem quanto ao seu interlocutor (Tud): Itamaraty/DPLP.



Os leitores, por conseguinte, organizaram suas falas a partir das finalidades comunicativas que consideravam pertinentes no momento da enunciação e aparentemente se voltaram para um interlocutor cujo papel pressuposto era o de avaliador. Nesse ponto, observa-se que as categorias de análise do modo discursivo enunciativo, propostas por Charaudeau na Teoria Semi-linguística, tornam-se relevantes.

Uma vez que esse modo se subdivide nas funções alocutiva, elocutiva e delocutiva, estas se referem ao comportamento do sujeito falante em relação ao interlocutor com o qual interage, ao seu ponto de vista sobre o que diz e ao discurso de um terceiro respectivamente. Os relatórios analisados são resultantes de uma ordem oficial e, assim, evidenciam que os leitores (sujeitos falantes) o utilizam como espaço de enunciação em que sua opinião é expressa de forma institucionalizada.

As categorias modais se apresentaram de forma variada nos relatórios analisados, mas foi possível observar que o *corpus* documental revela o uso predominante da modalidade elocutiva, já que é notável a presença de enunciadores que apreciaram favoravelmente o trabalho desenvolvido no Programa e/ou que percebem determinados fatos negativos sem se responsabilizar por eles.

Os trechos destacados a seguir são exemplos de avaliações positivas:

Houve um considerável aumento no número de alunos que completaram os cursos X1, X2 em relação ao ano passado (16 e 7 respectivamente). O curso X² atraiu novamente 8 alunos e todos completaram o curso. Este ano oferecemos dois novos cursos de português para a comunidade no terceiro trimestre (maio-julho) devido ao desejo de os alunos matriculados nos cursos para iniciantes e pré-intermediários continuarem a estudar português. [Ex-Leitor(a) 2 do governo brasileiro]

No trecho, o adjetivo “considerável” e a comparação apresentada pelo uso de um dêitico temporal (ligado ao “ano anterior”) expressam, no segundo posicionamento, a qualificação que esse leitor quis revelar. Nessa linha discursiva, o leitor usa ainda o verbo “atrair”, que apresenta um sentido ligado ao campo semântico da sedução. Esse dado, junto de informações numéricas, também revela a efetividade das atividades desenvolvidas.

No entanto, a modalidade delocutiva é assumida quando a impessoalidade marca os fatos apresentados a partir da segunda oração. Eles são reconhecidos pelo enunciador, embora este não assumia a responsabilidade. A modalidade alocutiva também é utilizada, já que o verbo “oferecer”, na primeira pessoa do plural, demonstra que o sujeito de fala filia-se a um terceiro para apresentar a responsabilidade ligada ao fornecimento de novos cursos, transferindo assim o controle e colocando-se em um lugar de submissão que talvez esteja relacionado à sua subordinação ao Itamaraty e à instituição de ensino que abriga o posto de Leitorado.

Aqui, o uso do operador argumentativo “devido a” justifica esses novos cursos, uma vez que mostra a vontade dos próprios alunos como a causa do fornecimento dessas disciplinas, o que marca o retorno à modalidade delocutiva, sem deixar de enfatizar a importância do trabalho no contexto em que ele é realizado.

² O nome de cursos ou universidades foi substituído por X, a fim de que a confidencialidade dos leitores e das instituições em que atuaram fosse garantida.

Um outro leitor apresentou o seguinte posicionamento:

um avanço importante foi a maior aproximação do trabalho de leitor com os programas da Embaixada, principalmente a intensificação do diálogo com as Secretarias de Educação e Cultura e com o Ministro Conselheiro da Embaixada, o que facilita a viabilização de projetos de divulgação cultural no ambiente acadêmico. Iniciamos, junto à Oficina de Cooperação Internacional da Universidade, a formulação de um plano de trabalho para uma possível renovação de convênio (2013-2015), neste caso com a faculdade de Ciências Sociais. A experiência deste primeiro período mostrou que a demanda por trabalhos na área de estudos brasileiros vem de departamentos como os de literatura, Artes Visuais, Música e História. Minha formação atende a esta demanda, além da de professor de língua portuguesa, função que também venho cumprindo. A realização da “Semana de Brasil na universidade X” foi um evento fundamental para dar visibilidade ao Programa de leitorado a toda comunidade universitária. Contou com a participação das faculdades de Comunicação e linguagem, Artes, Relações Internacionais e Ciências Sociais. Tal acontecimento possibilitou travar diálogos com vários setores e ampliar a atuação do programa, além de desencadear um plano de atividades docentes, investigativas e de extensão associado à futura Cátedra Brasil e vinculado à faculdade de Ciências Sociais. O projeto de cátedra já foi apresentado para os decanos das faculdades envolvidas e aprovado como parte de minhas atribuições para os próximos dois anos de trabalho. [Ex-Leitor(a) 4 do governo brasileiro]

Em praticamente todo o trecho discursivo anterior, o enunciador também assume a modalidade delocutiva do modo enunciativo: ele faz várias asserções ligadas a fatos que constata, porém, somente em poucos momentos, assume-se como agente das ações realizadas.

Contudo, observa-se que o discurso do leitor demonstra que o trabalho desenvolvido representa um progresso para o Programa de Leitorado. Os esforços travados no sentido de estabelecer laços de cooperação entre Leitorado, governo local e embaixada brasileira aparecem significados como ações que tornaram exequíveis algumas práticas dessa política linguística. Esse dito deixa implícito que, sem essa aproximação, tanto o trabalho do leitor quanto o posto de Leitorado não apresentariam resultados tão positivos.

Na sequência, a utilização da primeira pessoa do plural, no verbo “iniciar”, novamente expõe um *outro* na enunciação e projeta uma possível renovação do convênio de Leitorado como responsabilidade partilhada entre leitor e outrem. Aqui, porém, o Itamaraty não aparece como esse outro e, se considerarmos que ele foi informado sobre isso pelo relatório, torna-se claro que o MRE possuía poucas informações nesse sentido, provavelmente não sendo um dos sujeitos desse verbo.

O leitor, na sequência, assume um comportamento elocutivo, quando usa pronomes possessivos para falar de sua formação. Ele projeta assim, no discurso, uma imagem que qualifica seu perfil profissional como satisfatório às necessidades apresentadas pelo posto e ao desenvolvimento de ações no interior da política linguística em questão.

Posteriormente, o modo elocutivo é utilizado juntamente com o delocutivo, para apresentar asserções ligadas à qualidade das ações desenvolvidas no posto. Eventos promovidos são qualificados como “essenciais”, em termos dos ganhos que geraram para o leitorado: o uso do operador argumentativo “para”, como conjunção de finalidade, expõe claramente essa questão discursiva,

na sentença “um evento fundamental para dar visibilidade ao Programa de leitorado a toda comunidade universitária”. O operador argumentativo “além de”, precedido do uso dos verbos “possibilitar” e “ampliar”, também é exemplo dos ganhos que esse leitor aponta em relação à experiência profissional desenvolvida.

Como já pontuado, a maior parte do *corpus* mostra que os leitores projetam, no discurso, a imagem de um Tud que atua como avaliador de seu trabalho. É possível notar isso porque os depoimentos presentes nos relatórios sugerem um enunciador que quase sempre apenas aprecia tudo o que se passa no posto. Exemplo disso é o uso recorrente do adjetivo “satisfatório” no discurso dos leitores, como mostra o trecho seguinte.

O trabalho neste ano foi bastante satisfatório, visto que conseguimos cumprir a maioria dos objetivos que nos fixamos. Primeiramente, através de uma reformulação na forma de divulgação do exame Celpe-Bras, conseguimos ter o dobro de candidatos em relação ao ano passado, alcançando o maior número de inscritos desde o início da aplicação do teste neste posto. Também trabalhamos no sentido de aumentar o número de alunos inscritos nas duas licenças de português. De acordo com os números preliminares para o próximo ano letivo, este objetivo também parece estar sendo atingido. Temos notícias de mais de 20 alunos pré-inscritos na licença português/inglês (o efetivo do primeiro ano deste ano foi de 10 alunos). Pela primeira vez em seus 26 anos de existência, o Centro de línguas da universidade teve demanda de novos cursos de português para alunos externos à universidade. Lecionei este curso, abrindo um novo contato com um público que até então não tinha outras opções para aprender a língua portuguesa. [Ex-Leitor(a) 6 do governo brasileiro]

Nesse caso, observa-se a presença dos três modos enunciativos. Há a modalidade alocutiva, à medida em que um distanciamento enunciativo se dá por parte do sujeito falante. Entretanto, nota-se que, embora ele utilize a primeira pessoa do plural para efetuar a conjugação verbal de quase todo o seu discurso, a coletividade apresentada, pela ocorrência de número e pessoa, equivale muito mais a um “eu” que reforça ideias positivas a respeito do leitor e de seu trabalho, bem como demonstra o que ele diz como verdade crível.

A apresentação de dados quantitativos é assertiva e reforça o modo delocutivo, o que também serve para confirmar a qualidade do trabalho desenvolvido. Tanto a qualificação adjetiva do objeto “o maior número”, ainda que essa seja característica do modo elocutivo, quanto algumas referências dêiticas (“ano passado”, “início da aplicação”, “próximo ano”, “primeira vez”) tornam-se constatações – categoria modal delocutiva – e mostram o pioneirismo do trabalho exercido pelo sujeito falante.

Constata-se que somente na última oração é que o enunciador assume a primeira pessoa do singular e utiliza a modalidade elocutiva. Nesse momento, ele se expõe como agente do ato de lecionar um curso de português pioneiro não apenas no Leitorado, mas no Centro de Línguas da universidade local, o que também enfatiza sua importância enquanto leitor na política linguística em que atua e para o funcionamento institucional mais geral.

Como se vê, esses discursos baseiam-se no domínio pragmático, ou seja, é a prática e a vivência de atuar como leitor que permite a organização desses enunciados como forma de, a partir do ponto de vista do sujeito enunciador, levar o interlocutor dos relatórios a saber o que se passa nos postos.

Majoritariamente, os relatórios mostraram que os sujeitos encontravam-se altamente satisfeitos com a experiência de atuar no Programa de Leitorado do Brasil: os documentos oficiais analisados caracterizaram-se por uma constância em relação a isso. Assim, surgiu a necessidade de observar, fora do discurso institucional ligado aos documentos oficiais, se a ausência de dificuldades é realmente uma realidade marcante do dia a dia laboral dos leitores estudados. Por isso, no questionário aplicado pela autora deste estudo, os sujeitos participantes se depararam com perguntas voltadas especificamente para tal propósito.

Por meio delas, desejava-se angariar dados que permitissem uma triangulação de evidências ligadas ao comportamento discursivo apresentado nos relatórios, a fim de revelar se a opinião dos leitores se mantinha ou se variava conforme deixavam de imaginar um interlocutor institucionalizado e pertencente a uma ordem fiscalizadora de suas opiniões e de seu trabalho. Assim, na sequência deste texto, os dados obtidos por meio do questionário serão apresentados e discutidos.

4.2. Desafios enfrentados no Programa de Leitorado

No questionário aplicado, uma das perguntas demandava dos leitores o seguinte: “durante o Leitorado, quais os principais desafios enfrentados em relação ao ensino da língua portuguesa?”. Essa pergunta, generalizada por meio da expressão “língua portuguesa”, visava abarcar todas as áreas que são objeto de ensino no Programa de Leitorado.

Mediante a referida pergunta, foi possível então constatar que apenas um participante manteve a linha opinativa favorável que se observou na maior parte dos relatórios oficiais. Somente um afirmou não ter tido nenhum empecilho no exercício de suas funções docentes e outro, que também apresentou um posicionamento bastante particular, disse que não atuou como docente de conteúdos ligados à língua portuguesa, pontuando que seu trabalho se voltou estritamente para questões de ordens científica (não ligadas ao idioma) e burocrática – fato que também foi apontado por este interlocutor nos relatórios enviados à DPLP.

Os outros leitores, por sua vez, apresentaram depoimentos que relataram dificuldades. Em primeiro lugar, foi possível notar que vários mencionaram a ausência de material didático como uma das principais dificuldades com as quais se depararam, tanto para ensinar o português brasileiro a falantes de outras línguas quanto para formar professores de língua portuguesa.

Isso é o que mostram alguns discursos selecionados abaixo: principalmente pelo uso do verbo “faltar”, nota-se um comportamento delocutivo que se dá por asserções ligadas à ideia de que algo importante não esteve disponível para o funcionamento dos postos:

(...) falta de material didático adequado. [Antigo(a) Leitor(a) L23 do governo brasileiro]

A falta de materiais específicos, gramáticas de uso e congresso na área. [Antigo(a) Leitor(a) L24 do governo brasileiro]

A falta de material didático foi o maior desafio. [Antigo(a) Leitor(a) L10 do governo brasileiro]

Falta de material específico (...). [Antigo(a) Leitor(a) L17 do governo brasileiro]

Falta de biblioteca contendo livros brasileiros e de material didático disponível durante as aulas. [Antigo(a) Leitor(a) L20 do governo brasileiro]

Outra dificuldade apontada por alguns leitores é o abismo que há entre o português de vertente europeia e o português brasileiro:

A outra dificuldade refere-se à predominância da didática centrada no Português Europeu, que tentamos quebrar propondo um Centro de Estudos Brasileiros, que fortaleceria o ensino da cultura brasileira e do português falado no Brasil. Elaboramos uma proposta, mas infelizmente não pode ser concretizada pelo governo brasileiro. [Antigo(a) Leitor(a) L19 do governo brasileiro]

Alguns estudantes interessavam-se primordialmente pela variante europeia da língua, cujas particularidades eu desconhecia. [Antigo(a) Leitor(a) L1 do governo brasileiro]

(...) o atrito com os colegas da variante europeia do português. Antes do leitorado eu não tinha ideia de como é delicada a relação de professores e leitores brasileiros e portugueses no ensino (e muitas vezes imposição) da “melhor” variante do português. Os governos de Portugal e Brasil ao invés de juntarem esforços parecem duas crianças mimadas que “compram duas bolas iguais, mas acabam tendo que brincar sozinhas”. [Antigo(a) Leitor(a) L3 do governo brasileiro]

A diferença entre a variedade brasileira e a praticada no *país X*, ainda bastante voltada para o Português Europeu. [Antigo(a) Leitor(a) L7 do governo brasileiro]

Poderia listar muitos, mas os mais recorrentes são o conflito que ainda existe entre as variantes europeia e a brasileira. [Antigo(a) Leitor(a) L14 do governo brasileiro]

Ter diplomacia ante a forçada imposição da variante europeia é outro desafio. [Antigo(a) Leitor(a) L26 do governo brasileiro]

Os fatos apontados pelos leitores são extremamente interessantes, uma vez que relacionado a uma questão de ordem ideológica, a qual se resume à ideia de que a variedade europeia da língua portuguesa é superior à brasileira para algumas pessoas. Isso esclarece que os leitores de Portugal e Brasil, os países mais importantes dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (se considerados o número de falantes e o poder econômico das duas nações), não unem suas forças para a internacionalização do idioma: antes, guardam, no plano de ações ligadas às políticas linguísticas externas, conflitos e disputas de poder relativos a um *status* linguístico imperialista³.

Por meio das modalidades delocutiva e elocutiva, esses sujeitos também evidenciaram asserções qualificativas ligadas à relação estabelecida entre o português europeu e o brasileiro. Logo, vê-se que a variedade europeia é, no contexto de alguns postos, “forçada” e tida realmente como

³ Para maiores informações sobre as ações brasileiras e portuguesas no tocante às políticas linguísticas externas, sugere-se a leitura do estudo “Minha pátria é a língua portuguesa: ações dos governos brasileiro e português para o ensino de língua portuguesa no exterior”, escrito pela autora deste artigo. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/36625/21169>>.

a “melhor”. Diante disso, alguns dos enunciadores assumiram discursivamente o papel de agentes de esforços voltados à tentativa de alterar essa situação, como é o caso do depoimento em que o leitor usa a primeira pessoa do plural para se incluir entre os que propuseram a criação de um Centro de Estudos Brasileiros.

Por outro lado, o verbo “ter”, que aparece no infinitivo no último discurso apresentado, mostra um comportamento delocutivo, pois expõe um fato ligado à diplomacia: embora seja ela uma necessidade observada, nota-se que o sujeito falante a percebe como não concretizada em relação ao português europeu.

Além disso, alguns leitores relataram dificuldades relacionadas à adaptação cultural no novo país, bem como obstáculos ligados à organização universitária estrangeira. Outros ainda sugeriram que a burocracia local e a ausência de apoio por parte do Itamaraty estão entre os fatores que tornaram complexo o trabalho de leitor, gerando entraves de ordem infraestrutural que, inclusive, privou-lhes de cumprir plenamente os objetivos para os quais foram enviados aos postos.

A maior dificuldade é não possuir apoio do governo brasileiro (exceto o subsídio) no exterior. Na maioria dos países que o Brasil possui o PLB, não há diálogos entre leitores, Itamaraty e Embaixadas Brasileiras. [Antigo(a) Leitor(a) L4 do governo brasileiro]

O maior desafio é de desenvolver projetos sem o auxílio do Itamaraty. Uma das exigências é a de desenvolver projetos, porém nunca há verbas para eles. A Embaixada faz o possível para auxiliar o Leitor, porém eles também dependem das verbas vindas do Itamaraty para destinarem-nas para Projetos. No meu caso, *no país X*, nunca consegui verbas para qualquer projeto, mas contei com a participação de estudantes, do Departamento de Línguas Modernas e Linguística, da Embaixada e de pessoas da comunidade que doaram coisas para a realização dos projetos. [Antigo(a) Leitor(a) L18 do governo brasileiro]

O maior desafio foi o de ter de trabalhar sozinho. A atividade de leitor brasileiro é, em geral, um trabalho solitário. No Brasil, em geral, quando trabalhamos na universidade temos a possibilidade de relacionamento, de companheirismo com nossos colegas de profissão, formar grupos de estudos, pesquisas. [Antigo(a) Leitor(a) L26 do governo brasileiro]

No primeiro dos depoimentos citados, as negativas presentes esclarecem, por intermédio do não dito, que o governo brasileiro deveria apoiar o leitor durante o seu trabalho, bem como viabilizar a existência de uma rede que tornasse real o diálogo entre leitores, embaixadas e o próprio Itamaraty. Isso também fica claro no terceiro depoimento, pois, nele, o trabalho solitário do leitor foi – elocutiva e delocutivamente – visto de forma igualmente desfavorável: na primeira oração, o locutor se implica no discurso em virtude do advérbio de modo “sozinho”, além de utilizar, na sequência, o verbo “trabalhar” na primeira pessoa do plural, bem como o pronome possessivo “nossos” – também de primeira pessoa.

Contudo, a segunda oração do referido trecho expõe uma constatação de como geralmente se dá a rotina de trabalho do leitor brasileiro. As questões de ordem infraestrutural ficam delocutivamente claras no início do segundo trecho, já que o enunciador aponta algumas asserções

sobre isso: a embaixada surge como agente do verbo “fazer”, enquanto, pelo advérbio temporal “nunca”, o enunciador esclarece que o Itamaraty ausentou-se de uma atividade que ele mesmo exigiu do leitor; o que somente foi solucionado mediante o auxílio dos agentes do verbo “doar”: o departamento, a embaixada novamente e as pessoas da comunidade local.

Por fim, apresentam-se dois discursos cujos posicionamentos merecem destaque:

Excesso burocrático da instituição, o fato de ser empregado temporário – o que fazia os colegas levarem meu trabalho e considerarem minhas contribuições menos a sério. [Antigo(a) Leitor(a) L5 do governo brasileiro]

Falta de material específico e alinhamento de interesses com outros leitores/leitorados. Falta de conhecimento da história e objetivos do Programa de Leitorado, no geral. [Antigo(a) Leitor(a) L17 do governo brasileiro]

Nestes trechos, um sujeito falante mostra primeiramente que ele e os seus pares o reconhecem, mediante o seu contrato de trabalho, como um “empregado temporário”. Como já foi dito neste estudo, o leitor é um funcionário conveniado pelo período de dois anos (renováveis por mais dois) e o seu posto pode deixar de existir se o convênio for finalizado pela universidade e/ou pelo Itamaraty. Assim, o uso da modalidade elocutiva mostrou que esse leitor é tratado como aquele que desenvolve um trabalho de importância inferior e/ou que merece menos atenção na instituição em que atua. Esta é, portanto, uma questão que merece ser mais bem discutida em legislação especificamente voltada ao Programa de Leitorado. Pensar em proposições que gerem seguridade e valorização trabalhista ao leitor é uma das gritantes necessidades dessa política.

Já o segundo dos depoimentos, apresenta, por meio de um comportamento delocutivo, o fato de que o leitor trabalha em situação de isolamento em relação a outros leitores e, além disso, por meio do verbo “faltar”, torna evidente uma incompreensão quanto ao papel do leitor no Programa de Leitorado, já que as asserções mostram um desconhecimento tanto da história dessa política linguística quanto de seus objetivos.

Como se vê, os dados apresentados demonstram que, ao contrário do que ocorre nos documentos oficiais, os leitores têm muito de negativo a dizer sobre o trabalho desenvolvido nos postos que ocuparam. Quando não supõem a existência de um interlocutor avaliador, esses sujeitos apontam muitas questões que precisam ser consideradas e solucionadas para o melhor andamento da política linguística em questão.

Considerações finais

De início, é importante ressaltar que a principal contribuição deste artigo encontra-se no próprio objeto estudado, visto que são poucas as pesquisas que versam sobre a política linguística do Programa de Leitorado, embora ela seja muito importante para a internacionalização da língua portuguesa falada no Brasil.



De modo geral, os relatórios oficiais mostraram, a cada semestre de trabalho realizado, que os leitores estavam bastante satisfeitos diante da experiência que vivenciavam. No entanto, triangulando esses dados com os que foram obtidos pelo questionário, tornou-se clara a percepção de que, na medida em que os leitores projetaram um Tu_d não institucionalizado (o qual equivale, em termos de Tu_p , à pesquisadora), o discurso adquiriu um tom de crítica e várias problemáticas foram apontadas. A análise dos discursos dos leitores revela, portanto, que muitas fragilidades caracterizam o dia a dia dos leitores.

Como exemplo, os leitores relataram dificuldades quanto à adaptação em um novo país, à ausência de material didático, ao desprezo encontrado para com a vertente brasileira da língua portuguesa, ao alheamento do Itamaraty, à ausência de relacionamento com outros leitores e/ou antigos leitores, bem como à não existência de uma carreira que regulamentarize a profissão de professor-leitor.

A análise do discurso realizada revelou que direitos trabalhistas são fundamentais para que esses profissionais se sintam confortáveis na carreira de leitor. Isso posto, é importante que o discurso desses sujeitos (seus posicionamentos, sugestões, elogios e lamentos) sejam ponderados, para que a política linguística em questão seja aprimorada.

FINANCIAMENTO

Este trabalho não contou com o financiamento de nenhuma instituição de fomento à pesquisa.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara que não existem conflitos de interesses no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005.
- FREITAS, E. C. **Análise das estratégias discursivas em textos do informativo de uma organização bancária: uma abordagem semiolinguística**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOUVÊA, L. H. M.; PAULIUKONIS, M. A. L.; MONNERAT, R. S. M. Modalização em textos midiáticos: estratégias de construção de sentido. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 13, p. 21-40, 2013. Disponível em: <<http://www.comunidadeled.org/download/13-2.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2022.



MACHADO, I. D.; MENDES, E. A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 13, p. 07-20, 2013. Disponível em: <<http://www.comunidadaled.org/descarga/13-2.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

MELO, M. S. S. Pressupostos de uma teoria psicossocial do discurso: a semiolinguística. *In*: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (Org.). **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa: Editora da UFV, 2007, p. 105-113.

